

EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL: ENTRE A FORMAÇÃO E A INTERVENÇÃO

Maria João Hortas

Escola Superior de Educação de Lisboa - IPL
Centro de Estudos Geográficos – UL
mjhortas@eselx.ipl.pt

Joana Campos

Escola Superior de Educação de Lisboa – IPL
CIES-IUL
jcampos@eselx.ipl.pt

A ideia de publicar este número especial da revista Interações resulta da conjugação do contributo de um conjunto de autores que, em momentos e contextos diversos, têm desenvolvido estudos e/ou coordenado e dinamizado projetos centrados na temática da Educação Não Formal (ENF).

Neste número reúne-se um conjunto de reflexões que, a partir de diferentes âmbitos e perspetivas de intervenção, evidenciam a importância das práticas não formais de educação na formação de crianças, jovens e adultos.

O conceito Educação Não Formal, utilizado na maioria dos artigos, surge relacionado com práticas, processos, estratégias e, também, aprendizagens. Nos âmbitos em que estas práticas se desenvolvem desencadeiam-se diferentes condições para a realização de aprendizagens que revelam ter efeitos multiplicadores em diversas esferas da vida social: na educação para a cidadania, na integração social, nos percursos educativos formais e, ainda, nos itinerários específicos de integração social de populações com origens diversas.

Este número especial é constituído por dez artigos que reúnem, de um modo geral, duas características comuns: em primeiro lugar, é debatido o conceito de Educação Não Formal e, em segundo, é discutido o seu contributo na educação e formação a partir da exploração de exemplos práticos. Alguns autores apresentam a temática numa perspetiva mais generalista, outros recorrem a uma abordagem mais localizada, comparando projetos desenvolvidos em contextos não formais de educação na Área Metropolitana de Lisboa.

Os estudos apresentados confrontam práticas e modelos de intervenção que mobilizam estratégias de ENF em contextos diversos da sociedade, constituindo-se como importantes casos de reflexão. Apesar de mobilizarem um conjunto de palavras-chave comuns – educação não formal, educação formal (EF), participação, cidadania, integração e educação intercultural –, os artigos apresentam diferentes abordagens, metodologias e pontos de vista sobre o papel da ENF na formação e integração de populações. Os autores introduzem tópicos diversos para a discussão do papel da ENF em contextos e territórios distintos de formação, com públicos de diferentes faixas etárias (crianças, jovens e adultos).

O primeiro artigo reflete sobre as potencialidades da abordagem aos conceitos de cidadania e participação como um marco relevante para a prática da educação intercultural em contextos não formais. Tomando como referência a literatura e as recomendações das principais instituições internacionais sobre políticas de juventude, Concepción Oñate e Janire Peso discutem as potencialidades das políticas de juventude e imigração em Espanha, analisando projetos educativos desenvolvidos em contextos de diversidade. A flexibilidade que identificam nestes projetos é potenciadora da construção de aprendizagens em ENF, com recurso a metodologias diversas em função dos âmbitos e contextos de intervenção, num processo educativo que é voluntário mas ao mesmo tempo intencional, que é planificado mas também flexível. Neste processo de aprendizagem não formal, a prática da cidadania deve ser entendida, na perspetiva das autoras, como a oportunidade que cada indivíduo tem de exercer direitos e deveres, e de desenvolver a sua capacidade de influência. Reforçam ainda que as características do contexto e das pessoas devem ser referências fundamentais para as instituições educativas que, no local, desenvolvem as suas práticas de educação não formal.

Na mesma linha de abordagem sobre o contributo da ENF na integração de populações de origens socioculturais diversas, Maria João Hortas, Célia Martins e Alfredo Dias propõem-nos uma reflexão em torno das potencialidades decorrentes da articulação entre instituições que à escala local atuam no âmbito da educação. Nesta rede complexa de atores e agentes, a escola pública é colocada perante a emergência da sua abertura ao exterior, mobilizando outras instituições na conceção e realização de projetos de educação que, necessariamente, devem integrar as realidades locais como elementos estruturantes da definição das linhas de atuação. O exercício de análise de dois projetos, desenvolvidos em contextos locais de acolhimento de populações de origens socioculturais diversas, proposto pelos autores, conduz-nos na



identificação das mais-valias decorrentes da articulação entre contextos formais e não formais de educação nos percursos de integração das populações neles envolvidas. Na perspetiva apresentada a ENF assume-se como potenciadora de laços e nós entre comunidades locais de acolhimento, população imigrante e espaços de educação formal. Uma rede complexa de agentes e atores que é desejável que, ao nível local, se organizem no sentido da inclusão social.

Sobre o papel da ENF nos programas e projetos de inclusão social, Pedro Calado apresenta-nos uma reflexão sobre os percursos desenvolvidos no âmbito dos projetos do Programa Escolhas. Para o autor, no contexto específico destes projetos, a ENF articula-se complementarmente com a educação formal e informal, procurando encontrar respostas educativas que contribuam para o desenvolvimento de novas competências pessoais e sociais nas crianças e jovens envolvidos. Neste entendimento, a ENF surge associada a uma prática pedagógica, a uma abordagem metodológica com características específicas, que é assumida frequentemente como alternativa ao sistema formal de ensino, mas que se deve desenvolver em articulação com este. Combinando abordagens pedagógicas e metodologias de aprendizagem desenvolvidas em contextos próximos das vivências dos participantes e adaptadas aos perfis individuais de cada aprendente, as práticas da ENF, implementadas no âmbito dos projetos do Programa Escolhas, têm facilitado o desenvolvimento de competências pessoais e sociais para as quais o ensino formal nem sempre consegue dar resposta.

Ainda sobre a articulação entre ENF e EF, Joana Campos e Susana Costa apresentam-nos um texto que explora as potencialidades de uma intervenção em recreio escolar, alicerçada em estratégias de ENF, no combate à violência e conflitualidade na escola. Tendo por base um projeto desenvolvido no âmbito de um estágio de Iniciação à Prática Profissional na licenciatura em Animação Sociocultural (ASC), da Escola Superior de Educação de Lisboa, as autoras valorizam o papel dos planos de intervenção construídos a partir de problemáticas específicas dos contextos na atenuação das situações de conflitualidade vividas na escola. Os resultados do projeto que analisam conferem a consistência a uma prática de intervenção sustentada na ENF em complementaridade com a EF. As conclusões apresentadas ilustram a possibilidade da ASC se materializar em contextos de ENF, na medida em que procura responder às necessidades e interesses dos intervenientes recorrendo a metodologias ativas e participativas e impulsionando atividades contextualizadas. Reforçando as conclusões apresentadas pelos autores anteriores, as autoras deste

artigo valorizam as mais-valias decorrentes da implementação do projeto em contexto escolar pelo seu impulso numa maior complementaridade entre EF e ENF. Ainda que a adesão por parte dos professores não tenha sido a melhor, a disponibilidade dos responsáveis pelas AEC em “agarrar” o projeto e dar-lhe continuidade após o final do estágio é reveladora do seu potencial educativo, como ilustram também alguns indicadores de avaliação apresentados. Acresce ainda referir o importante contributo na aprendizagem da cidadania, na perspetiva em que esta nos é apresentada pelas autoras do primeiro artigo desta revista: decorrente da prática e como um exercício de oportunidades e de influências.

Na senda do artigo anterior, Elisabete Gomes redige o seu texto sobre as possibilidades educadoras da EF e ENF de crianças a partir do conceito integrador de “cidade educadora”. Focando-se no modo como os diferentes contextos institucionais e os profissionais que neles trabalham contribuem para a educação de crianças nas cidades, a autora discute os mecanismos de “escolarização do social” e as possibilidades de interrupção da ordem escolar pelo contacto com o meio e problematização da linguagem da cidade. Ao longo do seu artigo sai reforçada a importância do uso de novos contextos de educação, fora da escola, e dos modos de relação e de aprendizagem de que a EF se pode socorrer em contextos não formais. A quebra de uma normalidade rotinizada do funcionamento escolar, frequentemente organizada em função de áreas disciplinares e tempos, é uma das mais-valias que decorre da atitude de “saltar os muros da escola”, aproveitando as potencialidades educativas da cidade e descobrindo espaços que permitam interromper a lógica mecânica da educação escolar. O caso estudado ilustra a relevância da cidade plural e heterogénea como contexto para processos de educação que se interrompem e se contradizem, abrindo por essa via novas possibilidades para ser, fazer e desejar. Aprender em espaços que “não são próprios” para o ensino e aprendizagem, nem tão pouco são específicos para a infância, significa subir alguns degraus na nossa forma de conceber a aprendizagem e de abrir a escola à realização de experiências de fruição artística e cultural, potenciadoras do “uso da cidade”.

O melhor conhecimento do significado de ENF e das múltiplas manifestações que esta tem na cidade ou no país nem sempre são visíveis ou identificáveis pela maioria dos cidadãos. É assumindo esta premissa que Sérgio Xavier discute o conceito de ENF e os desafios do reconhecimento das competências sociais desenvolvidas através de processos de ENF, fora da esfera de uma educação puramente formal. Para tal, o autor chama para a discussão a complexidade inerente



aos métodos de avaliação e de diagnóstico como entrave ao reconhecimento, visibilidade e entendimento da aprendizagem não formal (ANF). As possibilidades de reconhecimento da ANF residem, na perspetiva do autor, na utilização de ferramentas de avaliação adequadas em articulação com mecanismos de implementação desencadeados pelos agentes educativos e pelos próprios aprendentes. A reflexão sobre as aprendizagens realizadas deve ser assegurada através de instrumentos de avaliação e de uma planificação detalhada dos percursos a realizar. O autor conclui, reforçando, a necessidade de aproximar as práticas educativas não formais, desenvolvidas em Portugal, aos padrões europeus. Para tal, atribui a cada instituição, universidade, escola, organização, a responsabilidade de criar condições para que este seja um objetivo tangível.

Sobre a formação desenvolvida nas instituições de ensino superior e a valorização de práticas não formais a discussão remete-nos agora para a leitura dos três artigos que encerram este número temático e que nos colocam perante experiências que reforçam a emergência do reconhecimento e da valorização da ENF.

Carla Cibeles desenvolve na leitura que nos propõe, uma reflexão sobre as dinâmicas desenvolvidas entre a formação e o mundo do trabalho no curso de Animação e Intervenção Sociocultural (AIS) da Escola Superior de Educação de Setúbal. A abordagem feita pela autora centra-se na resposta a dois itens, i) o modo como o ensino superior prepara os estudantes para o futuro exercício profissional não formal; ii) a análise dos estudantes sobre a sua própria experiência formativa e o modo como a mobilizam no seu percurso profissional, após a conclusão da licenciatura. Desfazendo a lógica de separação entre EF e ENF que caracteriza as propostas de formação académica, a autora explora os efeitos decorrentes das experiências vividas pelos estudantes de AIS no domínio pessoal, em contexto curricular e não curricular. Assumindo a importância da vivência de uma dimensão não formal no percurso educativo dos futuros animadores, Carla Cibeles desafia-nos para uma reflexão em torno das potencialidades decorrentes da existência de unidades curriculares que incentivem os estudantes na realização de aprendizagens em espaços exteriores ao contexto académico. As trajetórias que analisa, a partir das entrevistas realizadas a três diplomados do curso de AIS permitem-lhe avançar com algumas indicações que sustentam a hipótese inicial de existência de uma mais-valia formativa nas unidades curriculares que conferem ao estudante um papel ativo na tomada de decisão sobre o percurso formativo e sobre a possibilidade de experienciar o terreno de intervenção.

Sobre a abertura aos estudantes da possibilidade de intervenção no desenho dos seus itinerários de aprendizagem, Ana da Silva discute no seu texto as potencialidades e dificuldades de uma experiência de aprendizagem que situa na interceção entre a ENF e a educação informal (EI) vivida no âmbito de uma unidade curricular da licenciatura em Animação Cultural e Educação Comunitária da ESE do IP de Santarém. Os resultados da experiência de *e-aprendizagem* que a autora relata, a partir da análise dos registos de utilização da plataforma e-learning e de um questionário aplicado aos estudantes envolvidos, permitem considerar a metodologia utilizada como potenciadora do desenvolvimento de competências de comunicação escrita e oral, de partilha de conhecimentos e de saberes, e de utilização de novas tecnologias em prol da sua formação. As estratégias utilizadas, próximas das de uma comunidade de prática, facilitaram aos estudantes a oportunidade de aprender com profissionais do terreno, a partir do envolvimento destes na dinamização de unidades semanais na plataforma, a partir dos contextos profissionais onde diariamente intervêm. Além da abertura da escola ao exterior, implícita nas estratégias de acesso ao conhecimento a partir das experiências dos técnicos que intervêm em diferentes contextos de prática, este formato de aprendizagem revela ter efeitos muito positivos pelas oportunidades que os estudantes identificaram na gestão dos percursos escolares e na maior flexibilidade no acesso ao conhecimento, agora não condicionado e limitado aos momentos presenciais em sala de aula. O facto do estudante ser responsável pela construção do seu percurso de aprendizagem torna-se, só por si, fonte de aprendizagem.

A encerrar este número temático, os artigos de duas sociólogas docentes no ensino superior, que trazem as suas reflexões sobre essa experiência. Mariana Gaio Alves, no subsistema universitário, que em certo sentido “faz” parte do percurso que Sérgio Xavier propõe, reflete no seu estudo sobre o próprio percurso profissional que construiu como docente e investigadora, sublinhando a importância que as experiências vividas e consequentes aprendizagens em contextos não formais e informais tiveram no seu desenvolvimento profissional. É, aliás, neste cruzamento que a problemática do texto que apresenta se funda, reforçando a importância que das diversas esferas das nossas vidas, sejam elas profissionais ou não profissionais. Ao longo do texto, centrada na problemática da aprendizagem profissional, a autora avança com um conjunto de ideias que resultaram do seu percurso enquanto docente na formação de professores e como investigadora dedicada à transição dos diplomados do ensino superior para o mundo do trabalho. No final, Mariana Alves



reforça ainda a importância do reconhecimento da educação e aprendizagens que se desenvolvem em contextos e momentos diversificados, avançando com uma proposta do que considera serem as principais dimensões de análise e compreensão dos processos de aprendizagem profissional. Leonor Teixeira, do subsistema politécnico, apresenta a sua reflexão em torno da experiência como formadora no curso de Educação Social. Na sua investigação dedicada às dinâmicas de aprendizagem profissional no curso das trajetórias de inserção profissional dos educadores sociais, desafia-nos com a questão sobre o modo como se articulam neste processo as relações entre formação e emprego, nas palavras da autora: qual a relevância da aprendizagem profissional no estudo dos percursos de inserção profissional dos diplomados? A interessante discussão que nos traz contribui para o aprofundamento da compreensão da relevância dos processos de aprendizagem formais, não formais e informais, neste caso com ilustração no âmbito da inserção profissional

Estes últimos textos podem ler-se como o corolários de um conjunto de pressupostos e resultados relativos à “natureza” e “valor” das aprendizagens que se desenvolvem em contextos diversos, não formais e formais. Compreender a potencialidade e importância da articulação entre estas aprendizagens enquadra as propostas formativas desenvolvidas já em diferentes instituições de formação, como ilustram alguns dos outros artigos apresentados neste número. A leitura que vos propomos com o presente número da revista *Interacções* dá ênfase ao que, afinal, quotidianamente reconhecemos: aprende-se em qualquer lugar, em qualquer momento e na relação com os outros.